

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Corrêio Brasileiro

Class.: Terra / Demarcação

Data: 22/10/93

Pg.: 17 290

Demarcação de novas áreas vai dispensar mais prazos

O coordenador da Defesa dos Interesses das Populações Indígenas na Procuradoria Geral da República, Aurélio Veiga Rios, disse ontem que a obrigação do Estado em demarcar as terras dos índios permanece, mesmo após o fim do prazo constitucional estabelecido pelo Artigo 67 do Ato das Disposições Transitórias. Segundo ele, não haveria necessidade de se estipular um novo prazo para a demarcação, bastando a utilização de recursos como o de termos de ajuste, previsto pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei Orgânica da Procuradoria, e pressões das organizações e da sociedade para que a União cumpra sua obrigação.

Aurélio participou de reunião técnica na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, presidida pelo deputado Marcos Penaforte, destinada a aprofundar as discussões sobre a situação da demarcação após o dia 5 de outubro passado. Uma das conclusões foi no sentido de não se substituir o Artigo 67, ou estabelecer novos prazos para as demarcações na revisão constitucional. "Temos um grande temor de que estipulando novos prazos se estaria tirando da União a obrigação de responder pela omissão, além disso, qualquer prazo será inócuo sem a mudança da estrutura de procedimento atual", acentuou.

O advogado Márcio Santilli, do Núcleo de Defesa dos Direitos Indígenas, historiou a demarca-

ção de terras no País assegurada pela primeira vez em 1973, com o Estatuto do Índio que também estabeleceu cinco anos para que o Governo demarcasse todas as terras. Depois veio a Constituição de 1988 dando o mesmo prazo. "Penso que não seria mais o caso de se renovar esse prazo, pelo menos não por norma constitucional", disse o advogado, destacando que a própria comissão de Meio Ambiente pode ajudar a estabelecer uma estratégia consistente para a demarcação.

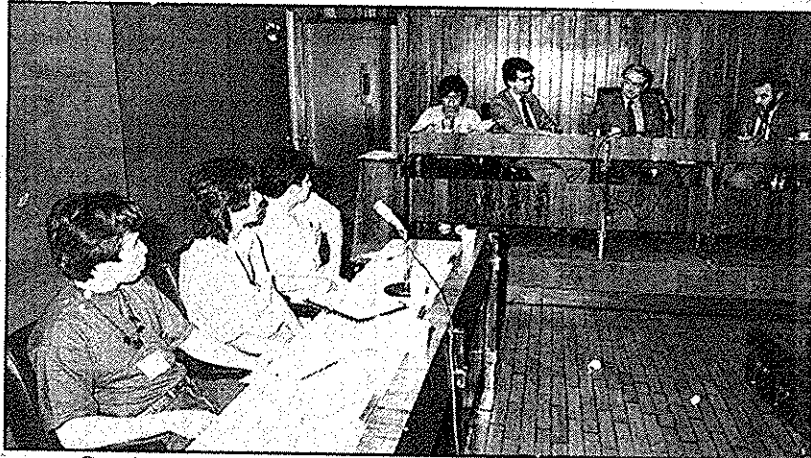
Paulo Guimarães, do Conselho Indigenista Missionário, lembrou que exaurido o prazo, fica o débito da União, mas os povos indígenas se sentem no direito de, eles próprios, demarcarem suas terras.

Índio fala de inimigos

O índio tucano Manoel Fernandes Moura, que também participou das discussões como coordenador político da Coiab, falou dos inimigos - segundo ele, as empresas de mineração, os latifundiários e outros - e da incompetência da Funai em administrar a questão indígena no País. "Agora, a Funai não vai mais dizer que o índio é que é incapaz. Nós é que vamos dizer que Funai é incapaz", disse Manoel. Para ele, o Governo desrespeita e atrapalha a vida do índio.

Um dia após o fim do prazo constitucional para a demarcação das terras indígenas, a Procuradoria Geral da República instaurou inquérito para apurar as responsabilidades de não cumprimento do dispositivo constitucional, enviando ofícios ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e ao

CARLOS MOURA



Comissão se reuniu para discutir a questão das demarcações

presidente da Funai, Dinarte Madeiro. Segundo o procurador Aurélio Rios, que coordena o inquérito, deverá se exigir um calendário oficial do Governo Federal para que as demarcações aconteçam, após identificada a situação de cada uma das 259 áreas ainda não demarcadas.

"É absurdo que estejamos entrando no Terceiro Milênio sem

saber quais são, na verdade, as terras dos índios", disse Aurélio Rios, explicando que as terras estão sendo tituladas, vendidas, núcleos econômicos estão se consolidando e se configuram conflitos gravíssimos. "A demarcação precisa acontecer não só em respeito à Constituição, mas para trazer um mínimo de organização social para o País", acentuou.